

STJ00120022

**INGO WOLFGANG SARLET
LUIZ GUILHERME MARINONI**

DANIEL MITIDIERO

**CURSO DE
DIREITO
CONSTITUCIONAL**

**13ª edição
revista e atualizada**

2024

saraiva 



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições	Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial	Livia Céspedes
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Deborah Caetano de Freitas Viadana
Design e produção	Jeferson Costa de Silva (coord.) Alanne Maria de Jesus Guilherme Salvador Lais Soriano Rosana Peroni Fazolari Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan Reis
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Adriana Aguiar
Revisão	Viviane Oshima
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Lutz Pereira Lopes
Impressão a acabamento	EGB Editora Gráfica Bemardi Ltda

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR – CRB-1,9949

S245c Sarlet, Ingo Wolfgang

Curso de Direito Constitucional / Ingo Wolfgang
Sarlet, Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mlédero. –
13ª ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2024.

1.464 p.

ISBN: 978-85-5362-119-4 (impresso)

1. Direito. 2. Direito Constitucional. I. Marinoni, Luiz
Guilherme. II. Mlédero, Daniel III. Título.

2023-3080

CDD 342
CDU 342

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Constitucional	342
2. Direito Constitucional	342

Data de fechamento da edição: 24-1-2024

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na
Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CDD. OBRA

713264

CL

608727

CAE

653737

SUMÁRIO

<i>Sobre os autores</i>	V
<i>Nota à 13ª edição</i>	IX
<i>Apresentação</i>	XI
PRIMEIRA PARTE	
Teoria da Constituição e do Direito Constitucional	
1. A Constituição em perspectiva histórico-evolutiva – Dos antecedentes à afirmação do constitucionalismo moderno e do assim chamado Estado Constitucional	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	3
1.1 Considerações introdutórias.....	3
1.2 O caso da Inglaterra e suas peculiaridades.....	7
1.3 Os Estados Unidos da América: a “viragem de Copérnico” da evolução constitucional.....	10
1.4 O legado da experiência constitucional na França.....	13
1.5 A ampliação do constitucionalismo pelo mundo ocidental: rumo ao modelo do Estado Constitucional como paradigma universal.....	15
1.6 A Lei Fundamental da Alemanha (1949): notassobre sua formação, evolução e conteúdo.....	17
1.6.1 Precedentes e o desmantelamento da ordem constitucional pretérita por força da ditadura nacional-socialista.....	17
1.6.2 Elaboração, conteúdo e afirmação da Lei Fundamental de 1949.....	19
1.6.3 A “queda do muro”, a reunificação e a adoção da Lei Fundamental de 1949 como Constituição Federal da Alemanha.....	23
2. Classificação das constituições	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	27
3. Estrutura, funções e conteúdo das constituições	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	35
3.1 As constituições e sua estrutura.....	35
3.1.1 Considerações de caráter geral.....	35
3.1.2 O preâmbulo das constituições, com destaque para o problema de sua força jurídica na Constituição Federal de 1988.....	35
3.1.3 Disposições constitucionais permanentes.....	40
3.1.4 Disposições constitucionais transitórias.....	41
3.2 As funções da Constituição.....	43
3.3 O problema do conteúdo das constituições.....	47

4. Conceito e características do direito constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	51
5. Do poder constituinte e da mudança (reforma e mutação) constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	54
I – Do poder constituinte.....	54
5.1 Notas introdutórias.....	54
5.2 O que é o poder constituinte?	55
5.2.1 Generalidades.....	55
5.2.2 A natureza do poder constituinte	57
5.2.3 Distinção entre poder constituinte formal e poder constituinte material.....	58
5.2.4 Características do poder constituinte.....	59
5.3 Quem é o titular do poder constituinte? O problema da legitimidade do poder constituinte e da Constituição.....	61
5.4 Formas de manifestação (expressão ou exercício) do poder constituinte.....	63
5.4.1 Aspectos introdutórios.....	63
5.4.2 As formas democráticas de exercício do poder constituinte.....	64
5.4.3 A revolução como forma da manifestação do poder constituinte	66
5.5 Limites e condicionamentos do poder constituinte?	70
II – Teoria da mudança constitucional – A reforma e a mutação constitucional	72
5.6 Generalidades e distinção entre as diversas formas de mudança constitucional: processos formais e informais (mutação constitucional).....	72
5.7 O poder de reforma da Constituição	74
5.7.1 Questões terminológicas	74
5.7.2 Natureza, características e funções do poder de reforma constitucional.....	75
5.7.3 O poder de reforma na Constituição Federal de 1988.....	76
5.7.3.1 A distinção entre revisão e emendas como modalidades de reforma da Constituição	76
5.7.4 Os limites da reforma constitucional.....	79
5.7.4.1 Considerações gerais.....	79
5.7.4.2 Limites formais.....	80
5.7.4.3 Limites circunstanciais	85
5.7.4.4 O problema dos limites materiais (as assim chamadas “cláusulas pétreas”).....	87
5.7.4.4.1 Natureza e significado dos limites materiais	87
5.7.4.4.2 Espécies de limitações materiais ao poder de reforma.....	90
5.8 A assim chamada “mutação” constitucional e suas formas de manifestação: algumas aproximações.....	112
5.8.1 Considerações gerais: conceito e modalidades de mutação constitucional	112
5.8.2 Mecanismos (modos) de mutação constitucional	114
5.8.3 Limites da mutação constitucional: o problema das mutações inconstitucionais.....	116
6. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	120
6.1 Alguns aspectos terminológicos e conceituais.....	120

6.2	Apresentação e discussão das principais classificações das normas constitucionais quanto à sua eficácia e aplicabilidade adotadas no Brasil.....	125
6.2.1	As posições “clássicas” e a sua gradual superação.....	125
6.3	Apreciação crítica das diferentes posições	133
6.4	Síntese conclusiva.....	138
7.	O problema da efetividade das normas constitucionais e da força normativa da Constituição <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	143
8.	A norma constitucional no “tempo” – Relações entre a Constituição e a ordem jurídica anterior <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	147
8.1	Considerações gerais	147
8.2	A Constituição e o direito constitucional anterior.....	148
8.2.1	A Constituição originária e a Constituição anterior.....	148
8.2.2	As emendas constitucionais e o direito constitucional (originário) anterior.....	149
8.3	A Constituição e o direito infraconstitucional anterior.....	149
9.	A Constituição e as relações com o direito estrangeiro e internacional – O problema da aplicação das normas constitucionais no espaço <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	153
9.1	Considerações introdutórias.....	153
9.2	Relações entre o direito estrangeiro e a Constituição.....	154
9.3	O direito internacional e a Constituição Federal de 1988	157
10.	Linhas mestras da interpretação constitucional <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	161
10.1	Noções gerais	161
10.2	Princípios da interpretação constitucional	164
10.2.1	O princípio da unidade da Constituição	165
10.2.1.1	Princípio do efeito integrador	166
10.2.1.2	O princípio da “concordância prática” ou da “harmonização”	166
10.2.1.3	A assim chamada “ponderação” (ou “balanceamento”) no campo da interpretação e aplicação da Constituição	167
10.2.1.4	Proporcionalidade e razoabilidade como princípios e critérios de interpretação constitucional	169
10.2.2	O princípio da supremacia da Constituição.....	171
10.2.2.1	O princípio da máxima eficácia e efetividade da Constituição.....	172
10.2.2.2	O princípio da força normativa da Constituição	172
10.2.2.3	O princípio da interpretação (das leis) conforme à Constituição.....	173
10.2.3	O princípio da divisão de poderes e o correlato princípio (dever) da conformidade funcional: o problema da autorrestrição por parte da jurisdição constitucional e as assim chamadas “capacidades institucionais”.....	175

SEGUNDA PARTE

O Sistema Constitucional Brasileiro

1.	O constitucionalismo brasileiro em perspectiva histórico-evolutiva Da Constituição Imperial de 1824 à assim chamada “Constituição-Cidadã” de 1988 <i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	181
----	--	-----

1.1	Os primórdios e a Carta Imperial de 1824	181
1.2	A Proclamação da República e a implantação da Federação: a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891	184
1.3	A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934	188
1.4	O Estado Novo e a Carta de 1937 (a Constituição “Polaca”)	190
1.5	A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.....	192
1.6	A Constituição do Brasil de 1967 e a EC 1/1969	193
1.7	Breves notas sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	195
2.	Dos princípios fundamentais	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	201
	Notas introdutórias: função, classificação e eficácia dos princípios constitucionais fundamentais.....	201
II	Princípios gerais estruturantes e constitucionalmente conformadores da ordem jurídico-constitucional.....	205
2.1	Princípio da dignidade da pessoa humana	205
2.1.1	Considerações gerais.....	205
2.1.2	Breves notas sobre a forma de positivação (reconhecimento) da dignidade da pessoa humana na Constituição Federal.....	207
2.1.3	Funções da dignidade da pessoa humana na arquitetura jurídico-constitucional	210
2.2	Princípio do Estado Democrático e Socioambiental de Direito.....	214
2.2.1	Noções gerais	214
2.2.2	O princípio democrático e a soberania popular	215
2.2.3	O princípio do pluralismo político	221
2.2.4	O princípio do Estado de Direito	222
2.2.5	O princípio do Estado Socioambiental (a conjugação da justiça social, da realização dos direitos humanos e fundamentais sociais e da proteção do ambiente.....	232
2.2.6	Princípio republicano.....	236
2.2.7	O princípio federativo.....	238
2.2.8	O princípio da sustentabilidade (ou desenvolvimento sustentável)	238
III	Os objetivos fundamentais do Estado Democrático e Socioambiental/ecológico de Direito	241
IV	Princípios que regem as relações internacionais.....	242
3.	Teoria geral dos direitos fundamentais	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	245
3.1	Considerações gerais	245
3.1.1	Aspectos terminológicos: direitos humanos e/ou direitos fundamentais?	246
3.2	Os direitos fundamentais em perspectiva histórico-evolutiva e as assim designadas dimensões (ou “gerações”) de direitos fundamentais.....	249
3.2.1	Considerações preliminares	249
3.2.2	A “pré-história” dos direitos fundamentais: dos primórdios à noção de direitos naturais (inatos e inalienáveis) do homem	250
3.2.3	O reconhecimento dos direitos fundamentais na esfera do direito positivo.....	252
3.2.3.1	Antecedentes (o período pré-constitucional)	252

3.2.4	As assim chamadas “dimensões” (gerações?) dos direitos fundamentais: a trajetória evolutiva dos direitos fundamentais do Estado Liberal ao Estado Constitucional Socioambiental	254
3.2.4.1	Os direitos fundamentais no âmbito do Estado Liberal (a assim chamada “primeira dimensão”).....	256
3.2.4.2	O advento do Estado Social e os direitos econômicos, sociais e culturais (a assim chamada “segunda dimensão”).....	257
3.2.5	A titularidade transindividual e os assim chamados “direitos da terceira dimensão”	258
3.2.6	Existem direitos fundamentais de quarta, quinta e sexta dimensão?	259
3.2.7	As dimensões (“gerações”) dos direitos em perspectiva crítica	262
3.3	O conceito de direitos fundamentais no sistema constitucional brasileiro.....	263
3.3.1	A dupla fundamentalidade em sentido formal e material.....	263
3.3.2	A abertura (expansividade) do catálogo constitucional dos direitos fundamentais: significado e alcance da norma contida no art. 5.º, § 2.º, da CF.....	265
3.3.2.1	Noções preliminares.....	265
3.3.2.2	Classificação dos direitos fundamentais com base no critério da abertura material do catálogo constitucional.....	268
3.3.2.3	Direitos previstos no Título II da CF.....	272
3.3.2.4	Direitos fundamentais dispersos no texto constitucional.....	274
3.3.2.5	Direitos sediados nos tratados internacionais de direitos humanos.....	277
3.3.2.5.1	Generalidades.....	277
3.3.2.5.2	O procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos na perspectiva da Constituição Federal.....	279
3.3.2.5.3	O problema da hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira: direitos fundamentais sem hierarquia constitucional?	282
3.4	A dupla dimensão objetiva e subjetiva, a multifuncionalidade e a classificação dos direitos e garantias fundamentais.....	287
3.4.1	Os direitos fundamentais e sua dimensão subjetiva.....	287
3.4.2	A assim chamada dimensão objetiva dos direitos fundamentais	290
3.4.3	Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais na ordem constitucional.....	293
3.5	A titularidade dos direitos e garantias fundamentais: quem é o sujeito dos direitos?	296
3.5.1	Considerações gerais.....	296
3.5.2	A pessoa natural como titular de direitos fundamentais: a titularidade universal e sua interpretação na Constituição Federal.....	297
3.5.3	O problema da titularidade de direitos fundamentais por parte dos estrangeiros e a relevância da distinção entre estrangeiro residente e não residente.....	299
3.5.4	O problema da titularidade de direitos fundamentais nos limites da vida.....	302
3.5.5	Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais.....	304
3.5.6	Direitos fundamentais da natureza, em especial a titularidade de direitos por parte dos animais não humanos	307
3.6	A aplicabilidade imediata das normas de direitos e garantias fundamentais: significado e alcance do art. 5.º, § 1.º, da CF.....	309
3.7	Destinatários dos direitos e garantias fundamentais	315
3.8	Particulares como destinatários dos direitos fundamentais: o problema da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas	319

3.9	Limites e restrições de direitos fundamentais.....	322
3.9.1	Considerações introdutórias.....	322
3.9.2	O âmbito de proteção dos direitos e garantias fundamentais	323
3.9.3	Os limites dos direitos fundamentais	326
3.9.4	Limites aos limites dos direitos fundamentais	329
3.9.4.1	Noções preliminares.....	329
3.9.4.2	A reserva legal e suas exigências.....	330
3.9.4.3	Proporcionalidade e razoabilidade como limites dos limites.....	334
3.9.4.4	A assim chamada garantia do núcleo essencial dos direitos fundamentais.....	342
4.	Direitos fundamentais em espécie	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	346
4.1	O direito à vida.....	346
4.1.1	Breve histórico: da noção de “direito natural” à consagração como direito humano e fundamental	346
4.1.2	Âmbito de proteção do direito à vida: o conceito de vida para efeitos da tutela jurídica	349
4.1.3	Relação do direito à vida com outros direitos fundamentais.....	350
4.1.4	A titularidade do direito à vida e o problema do início e fim da proteção jurídico-constitucional da vida humana	353
4.1.5	Destinatários (sujeitos passivos): órgãos estatais e particulares	355
4.1.6	O direito à vida e sua dupla dimensão objetiva e subjetiva como dever de proteção e complexo de posições subjetivas de conteúdo negativo e positivo.....	356
4.1.6.1	Considerações gerais.....	356
4.1.6.2	Dimensões subjetiva e objetiva do direito à vida.....	356
4.1.7	Limites das intervenções no direito à vida: uma análise a partir de alguns exemplos	358
4.1.7.1	Considerações gerais.....	358
4.1.7.2	Existe um direito de matar? O caso da pena de morte e de outras intervenções similares.....	359
4.1.7.3	A discussão em torno da legitimidade constitucional da interrupção da gravidez.....	362
4.1.7.4	O problema de um direito ao suicídio e a discussão em torno das possibilidades e limites da eutanásia.....	365
4.2	O direito à integridade física e psíquica	368
4.2.1	Considerações gerais.....	368
4.2.2	Direito constitucional estrangeiro e direito internacional dos direitos humanos.....	369
4.2.3	O direito à integridade física e psíquica na Constituição Federal.....	370
4.2.3.1	Observações gerais e relação com outros direitos fundamentais.....	370
4.2.3.2	A dupla dimensão subjetiva (negativa e positiva) e objetiva do direito à integridade física e psíquica.....	371
4.2.3.3	Titulares e destinatários.....	373
4.2.3.4	Intervenções no direito à integridade corporal, limites e restrições: a controvérsia em torno de um direito à disposição do próprio corpo.....	373
4.2.3.5	O caso da proibição da tortura, de todo e qualquer tratamento desumano e degradante, incluindo a proibição das penas cruéis	377

4.3	Demais direitos à identidade e integridade pessoal O direito ao livre desenvolvimento da personalidade e os direitos especiais de personalidade.....	380
4.3.1	Os direitos fundamentais vinculados à proteção da personalidade e os contornos de seu regime jurídico-constitucional.....	380
4.3.1.1	Considerações gerais.....	380
4.3.1.2	Direito internacional dos direitos humanos e constituições estrangeiras.....	383
4.4	O direito ao livre desenvolvimento da personalidade: sua função como cláusula geral e sua relação com os direitos especiais de personalidade.....	384
4.5	Contornos do regime jurídico-constitucional dos direitos de personalidade.....	387
4.6	O direito à vida privada (privacidade e intimidade).....	390
4.6.1	Considerações gerais.....	390
4.6.2	Conteúdo (âmbito de proteção) do direito à vida privada.....	391
4.6.3	Limites e restrições.....	396
4.7	A salvaguarda do sigilo fiscal e bancário.....	397
4.8	Inviolabilidade do domicílio.....	402
4.8.1	Notícia histórica e generalidades.....	402
4.8.2	Direito internacional dos direitos humanos e evolução constitucional brasileira anterior à Constituição Federal.....	403
4.8.3	Conteúdo e limites do direito à inviolabilidade do domicílio na Constituição Federal.....	405
4.9	A inviolabilidade da correspondência e o sigilo das comunicações em geral.....	413
4.10	Proteção dos dados pessoais.....	419
4.11	Os direitos à honra e à imagem.....	429
4.11.1	Considerações gerais.....	429
4.11.2	O direito à honra.....	429
4.11.3	O direito à (própria) imagem.....	433
4.12	Direitos de liberdade.....	437
4.12.1	Algumas notas sobre um direito geral de liberdade na Constituição Federal e o sistema constitucional das liberdades fundamentais.....	437
4.12.2	Liberdade de expressão.....	442
4.12.2.1	Notas introdutórias: breve mirada sobre a evolução constitucional brasileira pretérita e o direito internacional.....	442
4.12.2.2	A liberdade de expressão na Constituição Federal.....	445
4.12.3	Liberdade de consciência e de crença (liberdade religiosa).....	469
4.12.3.1	Notas introdutórias e breve mirada sobre a evolução no âmbito do direito internacional, direito constitucional estrangeiro e evolução constitucional brasileira.....	469
4.12.3.2	A liberdade religiosa e a liberdade de consciência na Constituição Federal de 1988.....	473
4.12.4	Liberdade de locomoção.....	485
4.12.4.1	Considerações gerais e reconhecimento no plano do direito internacional e direito constitucional estrangeiro.....	485
4.12.4.2	A liberdade de locomoção na evolução constitucional brasileira pretérita.....	486
4.12.5	A liberdade de locomoção na Constituição Federal.....	487
4.12.5.1	Considerações gerais.....	487

4.12.5.2	Âmbito de proteção da liberdade de locomoção: sua dimensão objetiva e subjetiva.....	488
4.12.5.3	Titulares e destinatários.....	489
4.12.5.4	Limites da liberdade de locomoção.....	489
4.12.6	O direito à informação e o direito de acesso à informação.....	492
4.12.6.1	Considerações iniciais.....	492
4.12.6.2	Conteúdo e alcance do direito à informação.....	493
4.12.6.2.1	Anotações gerais sobre o objeto do direito à informação.....	493
4.12.6.2.2	Titulares e destinatários.....	494
4.12.6.2.3	Dimensão objetiva e subjetiva (negativa e positiva).....	494
4.12.6.2.4	Limites e restrições do direito de acesso à informação.....	496
4.12.7	As garantias constitucionais relativas à prisão: o caso da prisão civil.....	500
4.12.7.1	Generalidades.....	500
4.12.7.2	A prisão civil: possibilidade e limites na Constituição Federal.....	500
4.12.7.2.1	Generalidades e evolução constitucional pretérita.....	500
4.12.7.2.2	Conteúdo e âmbito de proteção da proibição da prisão civil na Constituição Federal.....	501
4.12.7.2.3	A prisão civil no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar.....	502
4.12.7.2.4	A controvérsia em torno da prisão civil do depositário infiel.....	505
4.12.7.2.5	Liberdade de profissão.....	507
4.12.7.2.6	A liberdade de profissão na Constituição Federal.....	510
4.12.7.2.7	Liberdade de associação.....	521
4.12.7.2.8	Liberdade de reunião.....	531
4.13	Direito(s) de igualdade: direito geral de igualdade, cláusulas especiais de igualdade e políticas orientadas para a igualdade.....	542
4.13.1	Considerações introdutórias.....	542
4.13.2	Da igualdade formal à igualdade material.....	546
4.13.3	Breves notas a respeito da relação entre dignidade, liberdade e igualdade.....	547
4.13.4	Conteúdo e significado do princípio da igualdade e do(s) direito(s) de igualdade na Constituição Federal de 1988.....	548
4.13.4.1	Generalidades.....	548
4.13.4.2	Âmbito de proteção: conteúdo e alcance do princípio e do direito geral de igualdade.....	549
4.13.4.3	Metódica de aplicação do princípio (direito) da igualdade e efeitos de sua violação na condição de direito subjetivo.....	555
4.13.4.4	Igualdade, diferença e as assim chamadas “ações afirmativas” como promotoras da igualdade material e de políticas de inclusão e reconhecimento... ..	561
4.14	Dos direitos fundamentais sociais.....	564
4.14.1	Aspectos gerais relativos aos direitos sociais como direitos fundamentais.....	564
4.14.1.1	Generalidades: os direitos sociais no quadro da evolução constitucional brasileira.....	565
4.14.2	Breves notas sobre os direitos sociais no âmbito do direito constitucional estrangeiro... ..	568
4.14.3	Os direitos sociais como direitos fundamentais e seu regime jurídico na Constituição Federal.....	571

4.14.3.1 Aspectos gerais	571
4.14.3.2 Titulares e destinatários dos direitos sociais.....	576
4.14.3.3 O problema da eficácia e efetividade das normas de direitos sociais, com destaque para a controvérsia acerca da exigibilidade dos direitos sociais como direitos a prestações.....	580
4.14.3.4 O problema da proteção dos direitos sociais e o assim designado “princípio da proibição de retrocesso”.....	589
4.14.3.5 Algumas notas acerca do problema do financiamento dos direitos sociais, das “cláusulas pétreas” e as EC 94 e 95, de 2016	592
4.15 Dos direitos sociais em espécie	595
4.15.1 Considerações preliminares	595
4.15.2 O direito ao (e a garantia do) mínimo existencial como espécie de categoria transversal	595
4.15.3 O direito à proteção e promoção da saúde	600
4.15.4 O direito à alimentação	612
4.15.5 O direito à moradia	616
4.15.6 O direito à educação	622
4.15.7 O direito ao trabalho	634
4.15.8 O direito ao lazer.....	639
4.15.9 O direito à segurança social: previdência e assistência aos desamparados	640
4.15.10 O direito à proteção da maternidade, da infância, da juventude e do idoso.....	644
4.15.11 O direito ao transporte	652
4.15.12 O direito fundamental a uma renda básica familiar	655
4.15.13 O direito-dever fundamental de proteção e promoção de um meio ambiente saudável	657
4.15.14 Notas acerca de um direito fundamental à integridade do sistema climático.....	669
4.15.15 O direito de acesso à Internet	673
4.16 Nacionalidade.....	677
4.16.1 Considerações introdutórias	677
4.16.2 A nacionalidade no âmbito do direito internacional, com destaque para o sistema de reconhecimento e proteção dos direitos humanos	679
4.16.3 A nacionalidade no direito constitucional estrangeiro	680
4.16.4 A nacionalidade no âmbito da evolução constitucional brasileira	681
4.16.5 O regime da nacionalidade na Constituição Federal de 1988	682
4.16.5.1 Considerações gerais: a nacionalidade como direito e garantia fundamental	682
4.16.5.2 Espécies de nacionalidade	683
4.16.5.2.1 A nacionalidade primária: o brasileiro nato.....	683
4.16.5.2.2 A nacionalidade secundária: a naturalização como forma de aquisição da nacionalidade	687
4.16.5.3 Distinções entre os brasileiros natos e os naturalizados	690
4.16.5.4 Perda e readquirição da nacionalidade brasileira.....	691
4.16.5.5 O problema da assim chamada dupla nacionalidade.....	694
4.16.5.6 Um caso especial: a condição jurídico-constitucional dos cidadãos portugueses (a assim chamada quase nacionalidade).....	695

4.16.5.7	O regime jurídico do estrangeiro na Constituição Federal	696
4.16.5.7.1	Aspectos gerais	696
4.16.5.7.2	A exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal: as hipóteses de deportação, expulsão e extradição	698
4.16.5.8	As hipóteses de asilo e refúgio	705
4.16.5.8.1	O asilo	705
4.16.5.8.2	O refúgio	706
4.17	Direitos políticos.....	709
4.17.1	Considerações gerais: o significado jurídico da democracia e sua relação com os direitos políticos e os direitos fundamentais em geral	709
4.17.2	Os direitos políticos como direitos humanos e fundamentais	710
4.17.2.1	Considerações gerais	710
4.17.2.2	Os direitos políticos no plano supranacional (internacional e regional)	711
4.17.3	Os direitos políticos no constitucionalismo brasileiro.....	712
4.17.3.1	Constituições anteriores	712
4.17.3.2	Os direitos políticos na Constituição Federal de 1988	713
4.17.3.2.1	Considerações gerais: o regime jurídico-constitucional dos direitos políticos na condição de direitos fundamentais	713
4.17.3.2.2	O sufrágio e o direito de voto.....	717
4.17.3.2.3	A titularidade dos direitos políticos.....	722
4.17.3.2.4	O sufrágio passivo: condições de elegibilidade	724
4.17.3.2.5	Ainda o sufrágio passivo: as causas de inelegibilidade	727
4.17.3.2.6	Os casos de perda, suspensão e requalificação dos direitos políticos.....	737
4.17.3.2.6.1	Considerações gerais	737
4.17.3.2.6.2	Perda dos direitos políticos	738
4.17.3.2.6.3	As hipóteses de suspensão dos direitos políticos.....	740
4.17.3.2.7	A requalificação dos direitos políticos	745
4.17.3.2.8	A regra da anualidade em matéria eleitoral (art. 16 da CF)	746
4.18	Dos partidos políticos	749
4.18.1	Considerações gerais: posição e função dos partidos políticos no Estado Democrático de Direito	749
4.18.2	As dimensões da liberdade partidária e seus elementos estruturantes e consequências.....	752
4.18.3	Os partidos políticos no direito constitucional brasileiro pretérito.....	753
4.18.4	Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988.....	759
4.18.4.1	Anotações preliminares.....	759
4.18.4.2	Personalidade jurídica dos partidos políticos, sua autonomia e liberdade na CF.....	760
4.18.4.3	O problema da fidelidade partidária e da correlata perda do mandato.....	764
4.18.5	A igualdade de oportunidades entre os partidos políticos.....	766
4.18.5.1	Aspectos gerais	766
4.18.5.2	Do financiamento dos partidos.....	768
4.18.5.3	Da propaganda eleitoral e do acesso aos meios de comunicação	771

5. Direitos fundamentais processuais	
<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	773
Introdução	773
5.1 Direito fundamental ao processo justo	774
5.1.1 Introdução	774
5.1.2 Âmbito de proteção	776
5.1.3 Titularidade e destinatários	778
5.1.4 Eficácia	780
5.1.5 Conformação infraconstitucional	780
5.2 Direito fundamental à colaboração no processo	781
5.2.1 Introdução	781
5.2.2 Âmbito de proteção	783
5.3 Direito fundamental à tutela adequada e efetiva	785
5.3.1 Introdução	785
5.3.2 Âmbito de proteção	786
5.4 Direito fundamental à igualdade e à paridade de armas	795
5.4.1 Introdução	795
5.4.2 Âmbito de proteção	796
5.5 Direito fundamental ao juiz natural e ao promotor natural	799
5.5.1 Introdução	799
5.5.2 Âmbito de proteção	799
5.6 Direito fundamental ao contraditório	801
5.6.1 Introdução	801
5.6.2 Âmbito de proteção	802
5.7 Direito fundamental à ampla defesa	808
5.7.1 Introdução	808
5.7.2 Âmbito de proteção	808
5.8 Direito fundamental à prova	812
5.8.1 Introdução	812
5.8.2 Âmbito de proteção	812
5.9 Direito fundamental à publicidade	818
5.9.1 Introdução	818
5.9.2 Âmbito de proteção	819
5.10 Direito fundamental à motivação das decisões	821
5.10.1 Introdução	821
5.10.2 Âmbito de proteção	821
5.11 Direito fundamental à segurança jurídica no processo	826
5.11.1 Introdução	826
5.11.2 Âmbito de proteção	826
5.12 Direito à assistência jurídica integral	830
5.12.1 Introdução	830
5.12.2 Âmbito de proteção	832
5.13 Direito fundamental à duração razoável do processo	833

5.13.1	Introdução	833
5.13.2	Âmbito de proteção.....	833
5.14	Direito fundamental ao duplo grau de jurisdição?	836
5.14.1	Introdução.....	836
5.14.2	Âmbito de proteção.....	837
6.	Ações constitucionais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	838
	Introdução.....	838
6.1	<i>Habeas corpus</i>	839
6.1.1	Introdução	839
6.1.2	Âmbito de proteção.....	840
6.1.3	Titularidade	841
6.1.4	Conformação infraconstitucional	842
6.2	Mandado de segurança	844
6.2.1	Introdução.....	844
6.2.2	Âmbito de proteção.....	844
6.2.3	Titularidade	849
6.2.4	Conformação infraconstitucional	851
6.3	Mandado de injunção.....	852
6.3.1	Introdução	852
6.4	<i>Habeas data</i>	852
6.4.1	Introdução	852
6.4.2	Âmbito de proteção	852
6.4.3	Titularidade	854
6.4.4	Conformação infraconstitucional	854
6.5	Ação popular	855
6.5.1	Introdução.....	855
6.5.2	Âmbito de proteção.....	855
6.5.3	Titularidade	856
6.5.4	Conformação infraconstitucional	857
6.6	Ação civil pública	858
6.6.1	Introdução.....	858
6.6.2	Âmbito de proteção.....	859
6.6.3	Titularidade	860
6.6.4	Conformação infraconstitucional	860
7.	Da organização do Estado e da repartição de competências	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	863
I –	Da organização do Estado.....	863
7.1	O Estado Federal no âmbito da teoria e prática das formas de Estado: noções gerais e introdutórias	863
7.2	Elementos nucleares qualificadores do Estado Federal.....	865
7.3	O Estado Federal na Constituição de 1988	871

7.3.1	Breve notícia histórica – formas de Estado e a trajetória do Federalismo no direito constitucional brasileiro	871
7.3.2	Principais novidades: a inclusão do Município como ente federativo e o aperfeiçoamento do assim chamado “federalismo cooperativo”	873
7.3.3	A Federação como “cláusula pétrea” (art. 60, § 4.º, I, da CF), os assim chamados “princípios sensíveis” (art. 34, VII, da CF) e o instituto das vedações constitucionais (art. 19 da CF).....	875
7.4	O instituto da Intervenção como garantia da integridade da Federação	878
7.4.1	Noções gerais	878
7.4.2	A Intervenção nos Estados e no Distrito Federal	880
7.4.2.1	Pressupostos materiais e hipóteses de cabimento	880
7.4.2.2	Aspectos de ordem formal e procedimental.....	884
7.4.2.2.1	Iniciativa do processo interventivo	884
7.4.2.2.2	Competência e forma do ato interventivo.....	886
7.4.2.2.3	Amplitude, prazo, condições e consequências da intervenção ..	886
7.4.2.2.4	Do interventor e de sua responsabilidade	888
7.4.2.2.5	Controle político e jurisdicional da intervenção.....	889
7.4.3	A intervenção nos Municípios	890
II	– Da repartição de competências	891
7.5	Noções gerais	891
7.6	Das competências administrativas (materiais) dos entes federativos	895
7.6.1	Aspectos gerais e competências exclusivas (indelegáveis)	895
7.6.2	Competências administrativas comuns (concorrentes).....	896
7.7	Das competências legislativas	898
7.7.1	Competências legislativas privativas da União e sua delegação	899
7.7.2	Competências legislativas dos Estados	900
7.7.3	Competências legislativas dos Municípios	901
7.7.4	Competências legislativas do Distrito Federal	902
7.8	As competências legislativas concorrentes	903
7.8.1	Considerações gerais	903
7.8.2	Algumas notas sobre o (problemático e controverso) conceito de normas gerais ...	904
7.8.2.1	A competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal	906
7.8.2.2	A competência suplementar dos Municípios.....	907
7.8.2.3	Considerações de natureza crítica à luz do exemplo da proteção ambiental	909
8.	Controle de constitucionalidade	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni</i>	915
I	– O surgimento do controle judicial de constitucionalidade no direito comparado e a sua evolução no direito brasileiro	915
8.1	O surgimento do controle judicial da constitucionalidade das leis nos Estados Unidos	915
8.1.1	Primeiras considerações	915
8.1.2	A superioridade do <i>common law</i> sobre os atos do parlamento inglês	916

8.1.3	A Revolução Gloriosa, de 1688, e o significado do princípio da <i>supremacy of the English Parliament</i>	918
8.1.4	Do controle dos atos da colônia a partir do direito inglês ao <i>judicial review</i> estadunidense. Mera inversão do princípio da supremacia do parlamento pelo princípio da supremacia do Judiciário?.....	920
8.1.5	Os significados de “supremacia do parlamento” nas revoluções inglesa e francesa	922
8.1.6	O <i>judicial review</i> diante do princípio da separação dos poderes	924
8.1.7	A matriz jusnaturalista da Constituição e os poderes constituinte e constituído.....	930
8.1.8	O caso <i>Marbury v. Madison</i> . A doutrina <i>Marshall</i>	931
8.1.9	Consideração histórico-crítica acerca do surgimento do sistema americano de controle difuso da constitucionalidade das leis.....	934
8.2	A evolução do controle judicial da constitucionalidade das leis na Europa.....	936
8.2.1	Primeiras considerações.....	936
8.2.2	O sistema austríaco de controle de constitucionalidade	937
8.2.3	A manutenção do controle concentrado e a expansão do modo incidental. Os Tribunais Constitucionais italiano e alemão.....	939
8.2.4	Compreensão do sistema em que o juiz, por não poder decidir a questão constitucional, remete-a para análise da Corte Constitucional.....	941
8.3	História do controle judicial de constitucionalidade brasileiro.....	943
8.3.1	A Constituição Imperial.....	943
8.3.2	A Constituição de 1891	943
8.3.3	A Constituição de 1934.....	946
8.3.4	A Constituição de 1937	949
8.3.5	A Constituição de 1946	950
8.3.6	A Constituição de 1967/1969.....	953
8.3.7	A Constituição de 1988	957
II	Formas de controle de constitucionalidade e tipos de inconstitucionalidade.....	959
8.4	Das formas de controle de constitucionalidade	959
8.4.1	Controle judicial e controle não judicial.....	959
8.4.1.1	Objeto do controle judicial	964
8.4.2	Controle preventivo e controle repressivo.....	967
8.4.3	Controle concreto e controle abstrato	969
8.4.4	Controle incidental e controle principal.....	971
8.4.5	Controle difuso e controle concentrado.....	972
8.5	As diversas faces da inconstitucionalidade	974
8.5.1	Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material.....	974
8.5.2	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão	982
8.5.2.1	Primeiras considerações.....	982
8.5.2.2	Inconstitucionalidade por ação	984
8.5.2.3	Inconstitucionalidade por omissão	984
8.5.2.3.1	Instrumentos processuais para combater a omissão inconstitucional: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	984
8.5.2.3.2	Omissão total e omissão parcial	988

8.5.2.3.3	Norma constitucional impositiva de dever de legislar e direito fundamental carente de tutela normativa	991
8.6	Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente	995
8.6.1	Inconstitucionalidade superveniente ou revogação? Consequências práticas.....	995
8.6.2	Alteração dos fatos e modificação da concepção geral acerca do direito.....	998
8.7	Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial.....	1000
8.8	Inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade indireta	1002
III	Controle difuso de constitucionalidade.....	1004
8.9	A questão constitucional no processo comum	1004
8.10	A decisão no controle incidental	1005
8.11	A natureza prejudicial da questão de constitucionalidade	1005
8.12	Legitimados a arguir a questão constitucional no controle incidental.....	1005
8.13	O controle de constitucionalidade de ofício	1008
8.14	Da inexistência de preclusão.....	1012
8.15	Declaração incidental de inconstitucionalidade nos Tribunais Estaduais e Regionais Federais e no STJ.....	1012
8.15.1	A exigência de <i>quorum</i> qualificado nos Tribunais. Encaminhamento e decisão da questão constitucional	1012
8.15.2	A Súmula Vinculante 10.....	1013
8.15.3	Interpretação conforme e declaração parcial de nulidade sem redução de texto. Exclusividade do Pleno ou Órgão Especial	1014
8.15.4	Não cabimento do incidente de inconstitucionalidade.....	1015
8.15.5	Questão constitucional já decidida pelo STF	1016
8.15.6	Questão constitucional já decidida pelo Plenário ou Órgão Especial	1017
8.15.7	Declaração de inconstitucionalidade no STJ.....	1018
8.15.8	Procedimento do incidente de inconstitucionalidade nos Tribunais	1020
8.15.8.1	Procedimento prévio perante o órgão fracionário	1020
8.15.8.2	Procedimento perante o Pleno ou o Órgão Especial	1021
8.16	Recurso extraordinário	1023
8.16.1	Recurso extraordinário	1023
8.16.2	Repercussão geral.....	1025
8.16.3	A imprescindibilidade de os precedentes da Suprema Corte obrigarem os juízos inferiores no sistema em que todo e qualquer juiz tem poder para controlar a constitucionalidade	1030
8.16.4	Os precedentes obrigatórios e a importância da fundamentação das decisões.....	1034
8.16.5	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	1037
8.16.6	A individualização dos fundamentos determinantes ou <i>ratio decidendi</i>	1040
8.16.7	A eficácia vinculante dos fundamentos determinantes no STF.....	1041
8.16.8	Eficácia temporal da revogação de precedente formado no controle incidental	1046
8.16.8.1	A questão nos Estados Unidos.....	1046
8.16.8.2	Diferentes razões para tutelar a segurança jurídica: decisão de inconstitucionalidade e revogação de precedente constitucional	1050
8.16.8.3	Efeitos <i>inter partes</i> e vinculantes da decisão de inconstitucionalidade (no controle incidental) e da decisão que revoga precedente constitucional	1054

8.16.8.4	Eficácia prospectiva de decisão revogadora de precedente constitucional e de decisão proferida em controle incidental.....	1055
8.16.8.5	A função do Senado Federal.....	1059
8.17	Controle incidental na ação civil pública e na ação popular.....	1063
8.18	O problema do controle incidental da inconstitucionalidade por omissão.....	1066
8.18.1	Primeiras considerações.....	1066
8.18.2	O poder de controle difuso abarca o poder de controlar a omissão inconstitucional.....	1067
8.18.3	Situações em que a falta de lei é frequentemente suprida na prática forense.....	1068
8.18.4	A eficácia dos direitos fundamentais sobre os particulares e o controle incidental da omissão inconstitucional.....	1068
8.18.5	Os limites do juiz no suprimento da falta de lei necessária à tutela de direito fundamental. O controle da inconstitucionalidade por omissão como controle da insuficiência de tutela.....	1072
8.18.6	Controle de inconstitucionalidade por omissão à tutela de direito fundamental de natureza processual.....	1073
8.18.7	Legitimidade do raciocínio decisório no suprimento de técnica processual.....	1077
IV	– Ação direta de inconstitucionalidade.....	1079
8.19	Primeiras considerações.....	1079
8.20	Legitimidade.....	1080
8.20.1	Extensão da legitimidade, legitimados universais e especiais e capacidade para postular.....	1080
8.20.2	Legitimidade, pertinência temática e interesse de agir.....	1083
8.20.3	Governador de Estado e Assembleia Legislativa.....	1084
8.20.4	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.....	1085
8.20.5	Partido político.....	1086
8.20.6	Confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional.....	1088
8.21	Objeto.....	1092
8.22	Parâmetro de controle.....	1101
8.23	Procedimento.....	1104
8.24	Procedimento sumário em sentido formal.....	1110
8.25	Causa de pedir aberta.....	1113
8.26	Medida liminar.....	1116
8.27	<i>Amicus curiae</i>	1119
8.28	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma impugnada.....	1121
8.29	Da decisão.....	1122
8.30	Revogação da norma e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade.....	1123
V	– Ação declaratória de constitucionalidade.....	1124
8.31	Primeiras considerações.....	1124
8.32	Legitimidade.....	1129
8.33	Objeto e parâmetro de controle.....	1130
8.34	Petição inicial.....	1131
8.35	Controvérsia judicial relevante.....	1131
8.36	Indeferimento da petição inicial.....	1133

8.37	Participação no processo.....	1133
8.38	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma questionada..	1134
8.39	Medida liminar e seus efeitos	1135
8.40	Decisão.....	1137
VI	Efeitos das decisões de inconstitucionalidade e de constitucionalidade.....	1138
8.41	Eficácia <i>erga omnes</i>	1138
8.41.1	Eficácia <i>erga omnes</i> e coisa julgada material.....	1138
8.41.2	Decisão de constitucionalidade e possibilidade de posterior ou outra ação direta de inconstitucionalidade	1141
8.41.3	Decisão de constitucionalidade com efeitos <i>erga omnes</i> e impacto das novas circunstâncias sobre o controle difuso	1144
8.41.4	Efeitos temporais da revogação da decisão de constitucionalidade	1147
8.42	Eficácia vinculante	1148
8.42.1	Primeiras considerações	1148
8.42.2	Extensão objetiva	1151
8.42.3	Extensão subjetiva.....	1154
8.43	Reclamação	1156
8.44	Modulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade	1162
8.45	Efeitos da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada	1172
8.45.1	Lei inconstitucional e decisão baseada em lei inconstitucional: efeitos da lei e efeitos da decisão judicial	1172
8.45.2	Incompatibilidade da retroatividade da decisão de inconstitucionalidade com o sistema difuso	1179
8.45.3	Coisa julgada e segurança jurídica	1184
8.45.4	Retroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a coisa julgada	1186
8.45.5	A impugnação fundada em decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015: da retroatividade à tutela da observância das decisões e dos precedentes constitucionais	1187
8.45.6	Da ação rescisória fundada em “violação literal de lei” (art. 485, V, do CPC/1973) à ação rescisória baseada em violação de “norma jurídica” (art. 966, V, do CPC/2015)	1188
8.45.7	A tese de que não há interpretação controvertida de norma constitucional.....	1191
8.45.8	Não há distinção entre decisão proferida em controle concentrado e controle difuso para efeito de rescindibilidade de coisa julgada	1200
8.45.9	A previsão de hipótese de rescisória baseada em ulterior decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015.....	1200
8.45.10	O caso <i>Metabel v. União Federal</i> : a não admissão de ação rescisória baseada em ulterior precedente do Supremo Tribunal Federal mediante a afirmação da garantia constitucional da coisa julgada material	1202
8.45.11	Casos em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional.....	1204
8.45.12	Modulação de efeitos e coisa julgada.....	1205
VII	Técnicas de decisão	1208
8.46	Inconstitucionalidade, nulidade, decisão declaratória e produção de efeitos.....	1208
8.47	Declaração de inconstitucionalidade total e declaração de inconstitucionalidade parcial.....	1211

8.48	Inconstitucionalidade por arrastamento	1212
8.49	Pronúncia de inconstitucionalidade sem declaração de nulidade	1213
8.50	Omissão parcial, pronúncia de inconstitucionalidade e isolamento de determinados efeitos	1214
8.51	Norma em trânsito para a inconstitucionalidade	1215
8.52	Interpretação conforme à Constituição	1218
8.53	Declaração parcial de nulidade sem redução de texto.....	1219
VIII	– Mandado de injunção	1221
8.54	Primeiras considerações.....	1221
8.55	História do mandado de injunção no STF.....	1222
8.56	Escopo do mandado de injunção.....	1230
8.57	Natureza mandamental?.....	1232
8.58	Legitimidade.....	1235
8.59	Medida liminar	1237
8.60	Pressupostos para a concessão do mandado de injunção.....	1239
8.60.1	Dever de legislar.....	1239
8.60.2	Mora do legislador.....	1241
8.60.3	Norma insuficiente e omissão parcial	1243
8.60.4	Norma não autoaplicável	1244
8.60.5	Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e encaminhamento de projeto de lei.....	1245
8.61	Coisa julgada nos mandados de injunção individual e coletivo.....	1247
8.62	Revisão da decisão? A questão dos efeitos temporais da coisa julgada	1247
8.63	Retroatividade apenas para beneficiar.....	1248
8.64	Eficácia “natural” da coisa julgada	1248
8.65	Eficácia dos precedentes.....	1248
8.66	O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto	1250
IX	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	1253
8.67	Primeiras considerações	1253
8.68	Escopo da ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1255
8.69	Objeto da omissão inconstitucional.....	1256
8.70	Legitimidade.....	1257
8.71	Procedimento	1260
8.72	Omissão parcial de inconstitucionalidade.....	1266
8.73	Medida liminar	1268
8.74	Da decisão na ação de inconstitucionalidade por omissão. Crítica.....	1270
8.75	Efeitos da decisão proferida na ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Responsabilidade do Estado por omissão inconstitucional.....	1272
X	– Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1279
8.76	Primeiras considerações.....	1279
8.77	Modalidades	1280
8.78	Requisitos da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	1281
8.78.1	Ausência de outro meio processual capaz de sanar a lesividade de modo eficaz.....	1281

8.78.2 Relevância do fundamento de controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição	1283
8.79 Legitimidade.....	1284
8.80 Parâmetro de controle	1286
8.81 Objeto	1288
8.81.1 Introdução	1288
8.81.2 Atos do Poder Público.....	1288
8.81.3 Direito pré-constitucional	1289
8.81.4 Declaração de inconstitucionalidade de direito municipal.....	1291
8.81.5 Declaração de constitucionalidade dos direitos municipal e estadual.....	1292
8.81.6 Controle de ato legislativo em fase de formação	1292
8.81.7 Norma de caráter secundário.....	1295
8.81.8 Decisões judiciais e arguição de descumprimento de preceito fundamental	1296
8.81.9 A questão da omissão parcial.....	1299
8.82 Procedimento	1301
8.83 Medida liminar	1304
8.84 Decisão e efeitos	1306
XI – Representação interventiva	1306
8.85 Introdução	1306
8.86 Legitimidade.....	1309
8.87 Objeto	1310
8.88 Compreensão dos princípios sensíveis como parâmetro para a decretação da intervenção	1312
8.89 Procedimento	1313
8.90 Medida liminar	1315
8.91 Decisão e efeitos	1316
XII Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal.....	1317
8.92 Primeiras considerações	1317
8.93 Norma estadual e duplicidade de controle de constitucionalidade.....	1318
8.94 Decisão de (in)constitucionalidade de norma constitucional estadual, em face da Constituição Federal, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça...	1322
8.95 Norma constitucional de reprodução e interpretação incompatível com a Constituição Federal. Cabimento de recurso extraordinário	1323
8.96 Ação de inconstitucionalidade por omissão nos Estados-membros.....	1324
8.97 Ação direta de constitucionalidade nos Estados-membros	1324
8.98 Efeitos da decisão proferida em sede de ação direta de âmbito estadual	1325
XIII – Controle de convencionalidade	1327
8.99 Introdução. Hierarquia normativa dos tratados internacionais dos direitos humanos	1327
8.100 Significado de suprallegalidade dos tratados internacionais	1332
8.101 Modos de controle da convencionalidade no direito brasileiro	1333
8.102 Controle de supraconstitucionalidade	1334
8.103 O controle de convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	1336
8.104 Objeto e parâmetro do controle de convencionalidade na Corte Interamericana.....	1341
8.105 Os efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos	1341

<i>Referências</i>	1345
<i>Outras obras dos autores</i>	1426